poderia qualificar. O certo é que há inumeros projetos por aí dificeis de vir para a Ordem do Dia. Tenho a impressão de que existe aqui um certo dominio de alguns srs. deputados que se julgam donos e que até parece que o são mesmo, pois só os projetos deles é que aparecem.

Mas quem sabe se é confusão de minha parte, quem sabe se é má interpretação. Por exemplo: os vetos do sr. Governador. Parece-me que os vetos têm 30 dias de prazo fatal. Mas o que notamos é que eles só vêm para a Ordem do Dia no termino do prazo fatal, de acordo com os interesses de um certo grupo. Talvez devessemos estar falando neste momento da reconstrução de grupos escolares que estão abandonados, mas infelizmente estamos falando de um certo grupo que domina a Assembléia, situação que precisa ser reformada. E para isso é que estamos aqui, na luta com jovens deputados como o nobre deputado Paulo Planet Buarque, para reformar e destruir esse grupo.

Mas então é o caso de se indagar o por que de esses vetos virem para a Ordem do Dia já no termino do prazo fatal. Talvez seja pelo fato de poder um deputado teleguiado — porque os há, infelizmente, já está provado — pedir uma verificação de presença no ultimo instante, não dar numero e ficar, portanto, mantido o veto. Mas eu acredito que a Assembléia vai realmente rejeitar o veto em questão e aprovar o projeto do nobre deputado Benedito Realindo Correia.

E' sobretudo isso que faça a indagação aos srs. deputados que conhecem a engrenagem desta Casa. Quem sabe se seria necessario modificar essa engrenagem, quem sabe se seria falta de graxa — não graxa de propina, é evidente — mas uma certa graxa na engrenagem, para que corra mais rapidamente e não trepide. Porque a engrenagem que eu entendo tem que correr normalmente, e o que se nota aqui é uma trepidação, pois de repente para, deixa quatro ou cinco dentes para trás.

O sr. Solon Borges dos Reis — (Com assentimento do orador) — De fato v. exa. tem razão. Temos que aprovar o projeto de lei do nobre deputado Benedito Realindo Correia, que dispõe sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia em Barretos. Mas antes disso, ou simultaneamente, temos que rejeitar o veto governamental aposto ao projeto de lei do nobre deputado Pedro Fanganiello, pelo qual tanto se bateram V. Exa. e o nobre deputado Aristides Troncoso Peres, e que o governador entendeu de vetar a criação da Faculdade de Filosofia de Araçatuba.

Não conheço as razões, mas sei que o Govêrno do Estado está muito mal assessorado em matéria de educação. E não é uma novidade o que estou dizendo. Lembro a V. Exa. o episódio seguinte: na sessão legisiativa passada apresentei um projeto de lei dispondo sôbre a criação de um ginásio estadual no município de Arujá. A Assembléia aprovou meu projeto. O Governador, mal informado pelos seus assessores, vetou o projeto de lei criando o Ginásio Estadual em Arujá. A Assembléia houve por bem, por unânimidade, rejeitar o veto governamental. O veto foi rejeitado em janeiro. Agora, em fevereiro, o Governador mandou instalar o Ginásio de Arujá, que já está funcionando. Pergunto: quando o Governo estava errado, quando vetou, em janeiro, ou quando em fevereiro mandou instalá-lo? O Conselho Estadual de Educação, que é a autoridade técnica para decidir sôbre o assunto, pronunciou-se pela instalação do ginásio. Fêz um estudo objetivo e, por unanimidade, achou que tôdas as condições eram favoráveis. Veja V. Exa. como o Govêrno está sendo mal informado e assessorado nos assuntos de educação. Assim, se incompatibiliza com a população de Araçatuba nesse assunto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quando realmente não havia necessidade disso, porque a Faculdade é necessária, é possível instalá-la, já chegou a hora disso e não há razão alguma de ordem demográfica, econômica, técnica ou política, de espécie alguma enfim, que leve o Govêrno do Estado a vetar. Vetou por equívoco, acredito eu. Podemos corrigir êsse equívoco, com apoio da bancada governamental, rejeitando, como V. Exa. quer e é certo, o veto.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Em nome do povo de Araçatuba só tenho de agradecer ao deputado Sólon Borges dos Reis. Lembro a esta Casa de que o projeto do deputado Sólon Borges dos Reis criando ginásio estadual no bairro do Paraíso, aprovado por esta Casa, também foi vetado pelo Sr. Governador. Veremos, então, que a tese do ilustre deputado Sólon Borges dos Reis, quanto ao problema do ensino, de que a assessoria que cerca o Sr. Governador está falhando, é certa, eis que o Governador vetou tal projeto e esta Casa houve por bem rejeitar o veto, tanto assim que dentro de poucos dias será instalado o ginásio do Bairro do Paraíso. Mais uma vez, então, agradeço, em nome do povo do Bairro do Paraíso, São Vicente e adjacências, ao autor do projeto, nobre deputado Sólon Borges dos Reis.

O Sr. Paulo Planet Buarque — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado João Batista Botelho, por intermédio de V. Exa. pediria permissão para me dirigir ao nobre deputado Sólon Borges dos Reis, levando um reparo ao que S. Exa. disse quanto à assessoria do Sr. Governador do Estado. O Sr. Governador do Estado não está mal assessorado [illegible] no âmbito educacional, mas em todas as atividades administrativas dêste Estado. E há, até mesmo, uma total [illegible] para com os projetos dos deputados da oposição [illegible] ou são [illegible] ou o Sr. Governador [illegible] recupera a ação legislativa. Repito V. Exa. Sempre que V. Exa. tive uma idéia, [illegible] que [illegible] corresponda aos anseios populares, por exemplo [illegible] Araçatuba, de sua região eleitoral ou de [illegible] da parte do Estado, V. Exa. verificará que se apresentar um projeto o Sr. Governador o vetará ou se antecipará à ação legislativa de V. Exa. Eu mesmo senti isto, na própria carne. Logo no início de nossas atividades, apresentei um projeto de lei estabelecendo que o Ipesp construísse em todos os municípios de São Paulo residências para delegados de polícia, juízes de direito, diretores de grupos escolares, diretores de estabelecimentos quaisquer que fossem funcionários de carreira, para evitar que esses funcionários, quando deslocados de uma cidade para outra, fossem obrigados a desembolsar, pelo aluguel de uma residência, mais ainda do que recebem. O Sr. Governador, manifestando-se a propósito da idéia, declarou-se contrário a ela. Mas, logo após, o Instituto de Previdência do Estado, por determinação do próprio governador, passou a construir casas nos municípios de São Paulo, para ali serem alojados juízes de direito. E assim vai ser, e sempre será assim. Falta idéia ao governo. Há falta de capacidade para descobrir o que o povo necessita. Então, ele se vale das nossas idéias para poder fazer sua política, porque S. Exa., o Sr. Governador, só se preocupa com política. Nada mais faz senão preocupar-se com política. E V. Exa. faz muito bem em alertar esta Casa para o veto aposto pelo Sr. Governador ao projeto que cria a Faculdade de Filosofia de Araçatuba. Vejamos se a Assembléia, correspondendo aos anseios populares de Araçatuba, rejeita o veto do Governador, ou se vai todo o mundo, novamente, como vaquinha de presepio, abaixando a cabeça aos desígnios do Sr. Governador em troca de empreguinhos em grupos escolares.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Nobre deputado, esta Presidencia pede licença paar informar à Casa que se encontra em visita à Assembléia, estando ao lado da Presidencia, o Dr. Aluísio Ferraz Pereira, recentemente nomeado para Secretario dos Negocios Juridicos da Prefeitura Municipal de São Paulo. **(Palmas prolongadas).**

Continua com a palavra o nobre orador.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Mas, Sr. Presidente, nós confiamos nesta Assembléia. Assim como ela rejeitou o veto aposto pelo Sr. Governador ao projeto que criava o Ginásio do Paraíso, certamente haverá de rejeitar este outro veto aposto ao projeto do ex-deputado Pedro Fanganiello, que cria a Faculdade de Filosofia de Araçatuba.

Devo lembrar aqui que S. Exa., o Sr. Governador, assumiu compromisso com o povo de Araçatuba — não comigo, porque não aceito compromisso desse governo — mas S. Exa. assumiu compromisso com o povo da minha cidade, na praça publica e também em recinto fechado, onde foi recebido, de dar a Araçatuba a Faculdade de Filosofia preconizada no projeto do ex-deputado Pedro Fanganiello.

Parece-me que o Sr. Pedro Fanganiello pertence ao Partido Social Progressista. Aliás, tenho informações de que ele foi nomeado para honroso posto de diretor do Serviço Social de Menores. As referencias que tenho a respeito do ex-deputado Pedro Fanganiello — pois não conheço S. Sa. — leva-me a crer que se trata de um homem de bem e que a escolha de S. Sa. para ocupar a direção do Serviço Social de Menores foi muito bem feita.

O Sr. Arruda Castanho (Com assentimento do orador) — Nobre deputado João Batista Botelho, o ex-deputado Pedro Fanganiello foi realmente uma pessoa muito bem escolhida pelo Governador. E' um homem de bem, um medico, um cidadão que realmente se interessa pelos problemas populares. O Sr. Governador deveria dar mais atenção ao ex-deputado Pedro Fanganiello, fazendo com que fosse instalada a Faculdade de Filosofia de Araçatuba. Aliás, nobre deputado, fui autor de uma lei criando Faculdade de Economia em Araçatuba. E essa Faculdade ainda não foi instalada por nenhum governo, até agora. Quem sabe se com esta lembrança o Sr. Adhemar de Barros atenderá ao meu projeto, aprovado por esta Casa.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Os nobres deputados Sólon Borges dos Reis e Paulo Planet Buarque, teceram considerações a respeito da assessoria do Sr. Governador. Eu acho que o governo só pode estar rodeado de elementos do mesmo espirito dele. Não pode, realmente, estar rodeado de pessoas de espirito diferente.

O Sr. Cid Franco — V. Exa permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Dentro em pouco, nobre deputado.

Quero lembrar aos Srs. deputados que por enquanto nos referimos apenas à assessoria no setor do ensino em nosso Estado. E no setor da agricultura? E' interessante que se diga aqui, que se chame a atenção de São Paulo, neste instante em que se fala em reforma agraria, para os problemas da agricultura em nosso Estado. Permitam-me, pois, que levante êste problema, para alertar São Paulo.

Há poucos dias tivemos a felicidade de ver no "Diário Oficial", por ordem do Sr. Secretário Cesar Tinoco, na primeira página, o decreto de desapropriação de uma fazenda do Sr. Zico Diniz, em Santa Fé do Sul. Aliás, êste problema já vem do tempo do govêrno Carvalho Pinto. Naquela ocasião o Secretário da Agricultura, Sr. José Bonifacio Coutinho Nogueira, foi a Santa Fé do Sul e também falou em desapropriação, mas não chegou a mandar publicar decreto no "Diário Oficial". Este governo efetuou o mandado de segurança [illegible] desapropriação, [illegible] apenas o [illegible] por parte da comissão nomeada, [illegible]. Depois disso [illegible] por [illegible] "caixinha" [illegible]. Isto quer dizer que o Sr. Zico Diniz [illegible] "caixinha" e [illegible] Santa Fé do Sul a notícia é no sentido de que o Sr. Zico Diniz contribuiu para a "caixinha" e foi engavetado o decreto da Secretaria da Agricultura do Govêrno de São Paulo. E isto ocorreu há poucos dias. Eu não vi, se tivesse visto gritaria, se não estivesse por perto a polícia do Dops, ou o Secretário da Segurança. Se assim fôsse, teria de sair de mansinho porque não quero ser espancado, e pernas para correr não tenho. Mas os rumores que correm em Santa Fé do Sul são os de que o Sr. Zico Diniz contribuiu para a "caixinha" e com isto ficou tudo certo. Não sei se êle contribuiu mesmo, mas sei que o decreto foi publicado no "Diário Oficial" e agora acabou-se a conversa a respeito da fazenda do Sr. Zico Diniz. Tem o aparte o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Voltando ao Sr. Secretário da Educação, quero dizer, neste aparte que V. Exa. gentilmente me concede, que o Sr. Governador de São Paulo, pelo que estou informado, vai substituir o padre Baleeiro pelo professor Ataliba Nogueira. E substituir um homem de idéias velhas por outro homem de idéias velhas. O Prof. Ataliba Nogueira, cuja cultura jurídica não quero negar, é um homem de idéias ultrapassadas em todos os sentidos. Os próprios estudantes da Faculdade de Direito sabem disso. Estive, há poucos dias, discursando no Centro Acadêmico "XI de Agôsto" e os próprios estudantes de direito criticaram o Prof. Ataliba Nogueira. Os estudantes mais adiantados, os estudantes de inteligência mais aberta para os problemas do nosso tempo criticam o Prof. Ataliba Nogueira. Nós temos na Faculdade de Direito outro exemplo. Existe lá um ilustre professor que foi meu colega de turma, Pinto Antunes. O meu ex-colega Pinto Antunes é um defensor intransigente da propriedade privada, da iniciativa particular, isto é, um homem com idéias presas a séculos que se foram. De modo que o Governador de São Paulo se assessora de homens com idéias ultrapassadas. Se fôr para a Secretaria da Educação o Prof. Ataliba Nogueira, pouco adianta a demissão do padre Baleeiro. Ambos são defensores do privatismo no ensino, ambos querem a escola particular, a escola paga, a escola cara, em detrimento do princípio da escola pública.

— (É dado um aparte sem solicitação.)

O Sr. Cid Franco — A escola comercializada, como diz aqui o nobre deputado Nadir Kenan, como tantas vêzes temos dito, escola que vende o ensino como o empório vende o açúcar, o arroz e o feijão. Não sei como se possa dar parabéns ao Governador de São Paulo, ao povo de São Paulo, se S. Exa. o Sr. Adhemar de Barros substitui o Pe. Baleeiro pelo Prof. Ataliba Nogueira. São iguais. São idênticos. Têm as mesmas idéias, a mesma política educacional.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Nobre deputado Cid Franco, V. Exa., está "chovendo no molhado". O Governador do Estado tem idéias de 304 anos atrás. Êle jamais escolherá o nobre deputado Hilário Torloni, como já foi falado, que tem idéias novas. Tem de escolher um elemento de idéias velhas, como as dêle, não há dúvida nenhuma. Para substituir o Pe. Januário Baleeiro de Jesus e Silva (que Jesus não saiba disso), êle vai escolher outro do mesmo pensamento, outro que lhe possa ser útil e serviçal. Ele jamais escolherá um Hilário Torloni, um Siqueira Lopes, um Ciro de Albuquerque para a Secretaria da Educação. Não. Vai escolher um de idéias velhas, como êle mesmo. Disso, aqui, não duvidamos. Mas o interessante, do Sr. Governador, que fala tanto contra as reformas, que fala tanto, mas tanto, contra elas, é que verificamos aqui, e aplaudimos, o decreto de S. Exa., aliás, uma idéia de Araçatuba, nascida lá. Neste caso, Araçatuba está de parabéns, porque a idéia é do nobre deputado Troncoso Peres, de Araçatuba, e se refere à criação de um laboratório para o Estado. Isso já é uma reforma. Então, neste caso, aqui, estamos de pleno acôrdo, e damos a nossa solidariedade irrestrita ao Govêrno.

O Sr. Troncoso Peres (Com assentimento do orador) — Não só neste caso, como também no da produção de adubos, de que o Estado pretende tornar-se fabricante, para fornecer ao lavrador por um têrço do preço pelo qual é vendido atualmente.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Sem dúvida. Naquilo que o govêrno está certo, estamos aqui para apoiar. Já dissemos que não pertencemos à situação nem à oposição. Queremos, até o fim do nosso mandato, seguir uma só orientação. Queremos seguir, votar, apoiar aquilo que achamos certo. Votar e apoiar aquilo que achamos de bem. O que não podemos apoiar é que continue o ensino nas condições em que se encontra, com os homens que o dirigem, como o Pe. Baleeiro de Jesus e Silva. E agora, para tristeza nossa, o nobre deputado Cid Franco afirma que o possível substituto tem o mesmo pensamento, a mesma idéia. Então continuará o ensino de São Paulo nas mesmas condições, na mesma desorganização, na mesma desorientação. Verificamos como foram distribuídas as bolsas de estudo em Araçatuba. Primeiro, tem-se de identificar ao Prefeito a que partido pertence, para quem votou e para quem vai votar. E a propósito disso, tenho um jornal de nossa terra, de Araçatuba, de nome "Comércio", do dia 15 de março, que se acha na "gaveta" do Prefeito. E bom que se diga que o jornal "Comércio" se acha na "gaveta" do Prefeito. Está "engavetado" pelo fato [illegible]

O Sr. Arruda Castanho — Não [illegible] tempo não [illegible] isso.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Está na "gaveta", nobre deputado Arruda Castanho.

Entrou há poucos dias, porque quando estive na Prefeitura nenhum jornal aparecia, porque não recebiam um centavo sequer, a não ser nas concorrências.

Mas, infelizmente o atual Prefeito já fêz contrato com os dois jornais para publicidade do Gabinete da Prefeitura, Prefeito do P.S.P., diz êle. Mas, o interessante — e aproveito a oportunidade para dizer a São Paulo que êste Prefeito é apoiado por um grupo de professôres — um grupo apenas. Existem muitos professôres conscientes, professôres decentes que não apóiam a luta que se travou em Araçatuba contra êste que fala a V. Exa., pelo que é Prefeito atualmente no tempo em que eram candidatos. E o atual Prefeito dizia: êle é muito feio, êle é nalfabeto, não pode ser Prefeito, não podemos entregar Araçatuba a um homem tão feio e que não tem nenhuma cultura, e deixar os professôres de lado, os professôres que realmente podiam governar Araçatuba. Diziam êles: é um homem feio demais e é analfabeto. Mas, o povo não atendeu, e escolheu o feio mesmo, e êste Prefeito governou sem portas, pois seu primeiro ato na Prefeitura foi arrancar as portas e entregar ao povo. A porta do Gabinete do Prefeito foi entregue ao povo, e o povo fêz dela o que muito bem lhe convinha. Enquanto permanecemos na Prefeitura nosso Gabinete permaneceu sem porta. Governamos com o povo e recebemos do lixeiro ao general quando êste baixava em Araçatuba. E inúmeras e inúmeras agremiações de falsos literatos tudo fizeram para derrubar êste prefeito, tanto assim que respondi a inúmeros processos, mas todos êles foram "fichinha" para mim. Ganhamos todos, ganhamos todos!

Quer dizer que nós, sem nenhuma cultura, mas com o bom senso e dizem assim os professores da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, vários deles têm pregado isto... não é, deputado Valério Giuli? E o deputado Paulo Planet Buarque também deve ter aprendido isto dos grandes professores de Direito do Largo São Francisco: que vale realmente é o bom senso.

Então, verificamos uma nota que gostaríamos que alguém nos dissesse o que é, uma nota do atual Prefeito de Araçatuba: "Por ordem do Sr. Prefeito Silvio Vanturelli, está a Secretaria do P.S.P., com a devida autorização do Sr. Plácido Rocha, a receber qualquer reclamação contra atos do Sr. Prefeito que forem desconhecidos do Diretório. Horário para esta colaboração ao público em seus justos direitos: das 17,30 às 18,00 horas".

Alguém pode entender o que está escrito? Gostaria, se alguém puder, que me desse a explicação para que eu pudesse levar para Araçatuba, porque nós não entendemos.

Então, agora volto a afirmar que mais vale o bom senso, e por valer, por imperar realmente o bom senso temos agora quase que a minoria dos professores ao nosso lado. Temos também inúmeros médicos ao nosso lado que defendem as nossas teses e, por isso, é necessário que se reafirme aqui mais uma vez, e é melhor que se dê o nome e a côr dos bois, que a deputada Conceição da Costa Neves andou querendo fazer algumas insinuações para que não ouvissem as nossas palavras, porque não temos cultura. Então mais uma vez, que, à esta altura, não nos interessa essa cultura; o que nos interessa é o bom senso. O que nos interessa é legislar para bem do povo; mas, nobre deputado Paulo Planet Buarque, aceitamos qualquer insinuação, qualquer orientação, para podermos apresentar um projeto que possa amenizar o sofrimento do povo.

Mas, isso, a nobre deputada não fêz, porque está organizando passeatas dos ricos. S. Exa. está organizando a essência da reação; está organizando a essência dos reacionários para percorrer as ruas. Organiza-se a essência da reação do Brasil em São Paulo, como se estivéssemos em perigo. Não vejo nada de perigo pois até o Sr. Governador do Estado baixou decreto que vem, realmente, ao encontro dos anseios populares. O próprio Govêrno de São Paulo, que espanca o trabalhador, que prende estudante, que espanca aquêles que queriam dias melhores, baixa decreto, que recebeu nossa irrestrita colaboração e nosso irrestrito apoio. Então, vejam os Srs. deputados que funcionou o subconsciente do Sr. Governador do Estado. Resta, agora, lembrar a S. Exa. o início do decreto de desapropriação de Santa Fé do Sul, que se explique nobre deputado, que se dê conhecimento ao povo de Santa Fé do Sul por que não se falou mais na desapropriação das terras. Nada se fala mais; houve silêncio, por completo; nada se ouve mais nem se publica mais no Diário Oficial. Apenas lá, em Santa Fé do Sul é que se fala aquilo que já afirmamos aqui.

Mas, Srs. deputados, êste não é o lema do Sr. Governador do Estado, de que a meta é o Homem. Então, "a meta é o Hamem" é isso? Tolher a liberdade, espancando o homem? pribir que o povo se manifeste? Não, Srs. deputados, "a meta é o Homem" não é isso. O Sr. Presidente da República, para falar no Estado da Guanabara, precisou montar o dispositivo militar. Por que? Porque o Sr. Governador da Guanabara disse que S. Exa. não poderia falar naquele Estado. Então, proibe-se o povo de falar?

O que ocorreu em São Paulo foi completamente diferente, foi completamente normal e nós, que defendemos as reformas de base, sabemos que o Sr. Presidente da República está certo, certo e certo. E nós iríamos atrapalhar, iríamos criticar, iríamos impedir que se manifestar? Não.

Houve o desfile normalmente, naturalmente, pacificamente e eu gostaríamos, neste instante, de apelar ao Sr. Governador de São Paulo, que infelizmente o povo elegeu